

# Relatório de Acompanhamento Fiscal nº 71

Daniel Couri

Diretor-Executivo

Vilma Pinto

Diretora

---

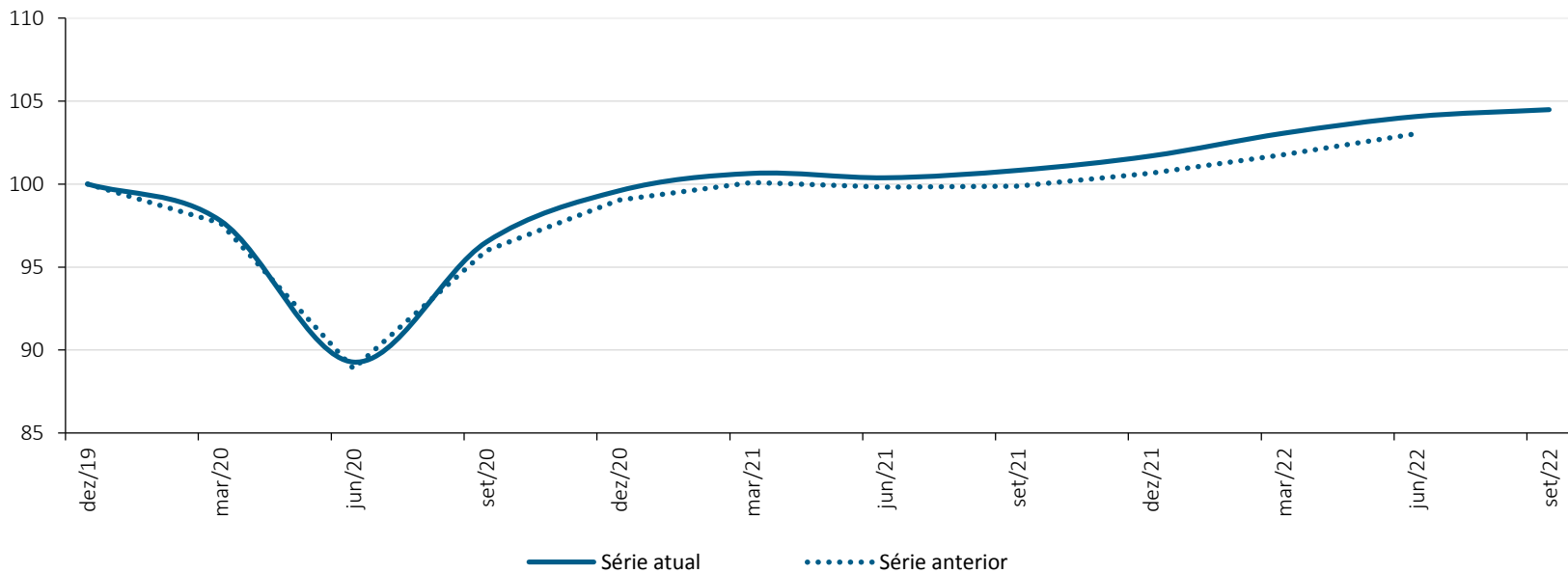
Relatório completo [aqui](#)

Brasília, 14 de dezembro de 2022

- Projeção de crescimento do PIB em 2022 é ajustada de 2,6% para 3,0%, desacelerando para 0,9% em 2023.
- Receita primária recorrente subiu 1,5 p.p. do PIB entre janeiro e novembro.
- Superavit primário do governo central acumulado entre janeiro e novembro foi de R\$ 50,8 bilhões.
- Em 12 meses, despesa de juros do setor público recuou para 5,9% do PIB em outubro.
- Taxas de emissões em oferta pública da DPMFi subiram nos dois últimos meses.
- Custo médio do estoque da DPMFi caiu pelo terceiro mês consecutivo em outubro.
- Dívida bruta recuou para 75,0% do PIB em outubro.
- Novos bloqueios no orçamento põem em risco execução no restante do ano.
- Propostas de alteração no arcabouço de regras fiscais convergem em diversos pontos, alguns abarcados pela PEC da Transição.

- Revisão da série histórica elevou o PIB de 2020, 2021 e 2022.
- Além da variação real menos negativa em 2020 e da maior expansão em 2021, a dinâmica da atividade ao longo de 2022 mostrou-se superior ao inicialmente apresentado pelo IBGE.

**PIB: SÉRIE HISTÓRICA ATUAL E ANTERIOR (DEZ/19 = 100) - DADOS COM AJUSTE SAZONAL**



Fonte: IBGE; Elaboração: IFI.

- No terceiro trimestre, o PIB avançou 3,6% na comparação com o mesmo período do ano anterior e 0,4% em relação ao trimestre anterior.
- O resultado confirma o quadro de redução do ritmo de crescimento da atividade econômica.

## TAXAS DE VARIAÇÃO DO PIB EM VOLUME

	Variação contra o mesmo trimestre do ano anterior			Variação contra o trimestre anterior (com ajuste sazonal)		
	mar/22	jun/22	set/22	mar/22	jun/22	set/22
<b>PIB</b>	<b>2,4%</b>	<b>3,7%</b>	<b>3,6%</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,0%</b>	<b>0,4%</b>
<b>Ótica da oferta</b>						
Agropecuária	-5,2%	-0,9%	3,2%	0,2%	0,1%	-0,9%
Indústria	-1,2%	2,1%	2,8%	0,8%	1,7%	0,8%
Serviços	4,1%	4,7%	4,5%	1,0%	1,3%	1,1%
<b>Ótica da demanda</b>						
Consumo das famílias	2,5%	5,7%	4,6%	0,9%	2,1%	1,0%
Consumo do governo	3,9%	0,9%	1,0%	-0,3%	-0,9%	1,3%
Formação bruta de capital fixo	-6,4%	1,5%	5,0%	-2,4%	3,8%	2,8%
Exportações	8,7%	-4,6%	8,1%	7,5%	-2,8%	3,6%
Importações	-10,6%	-1,0%	10,6%	-3,7%	8,7%	5,8%

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- A absorção interna contribuiu com 3,9 p.p. da variação interanual do PIB do terceiro trimestre.
- Dentro da absorção interna, a influência do consumo das famílias perdeu força, mas ainda assim representou a principal contribuição para a taxa interanual do PIB no período.

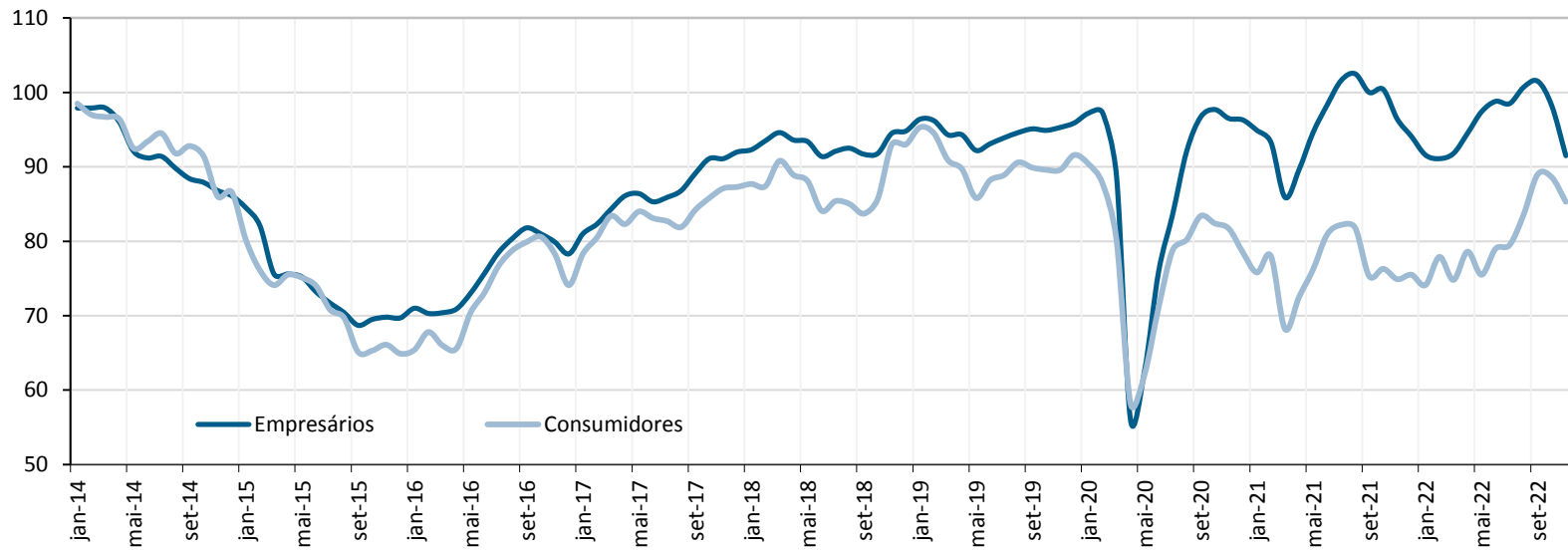
## CONTRIBUIÇÕES (EM P.P.) PARA A TAXA (YOY) DO PIB (P.P.)

	mar/21	set/21	dez/21	mar/22	jun/22	set/22
<b>PIB</b>	<b>1,7</b>	<b>4,4</b>	<b>2,1</b>	<b>2,4</b>	<b>3,7</b>	<b>3,6</b>
Agropecuária	0,5	-0,5	0,0	-0,8	-0,1	0,2
Indústria	0,8	0,3	-0,1	-0,3	0,5	0,7
Serviços	-0,1	4,4	3,0	2,6	3,1	3,0
Impostos sobre produtos	0,4	0,8	0,2	0,1	0,3	0,5
<b>Absorção interna</b>	<b>2,7</b>	<b>6,8</b>	<b>2,1</b>	<b>-1,0</b>	<b>4,5</b>	<b>3,9</b>
Consumo das famílias	-0,8	2,9	1,3	1,5	3,3	2,8
Consumo do governo	-0,5	1,0	0,9	0,6	0,2	0,2
Formação bruta de capital fixo	2,5	3,1	0,6	-1,2	0,3	1,0
Variação de estoques	1,5	-0,2	-0,7	-1,9	0,7	-0,1
<b>Exportações líquidas</b>	<b>-1,0</b>	<b>-2,4</b>	<b>0,0</b>	<b>3,4</b>	<b>-0,8</b>	<b>-0,3</b>

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- Perspectiva de crescimento de 2022 é ajustada de 2,6% para 3,0%.
- A perspectiva para o resultado do quarto trimestre, de todo modo, segue em -0,3%, reforçada pela queda generalizada dos indicadores de confiança em novembro.

ÍNDICES DE CONFIANÇA (SÉRIES DESSAZONALIZADAS)



Fonte: FGV. Elaboração: IFI.

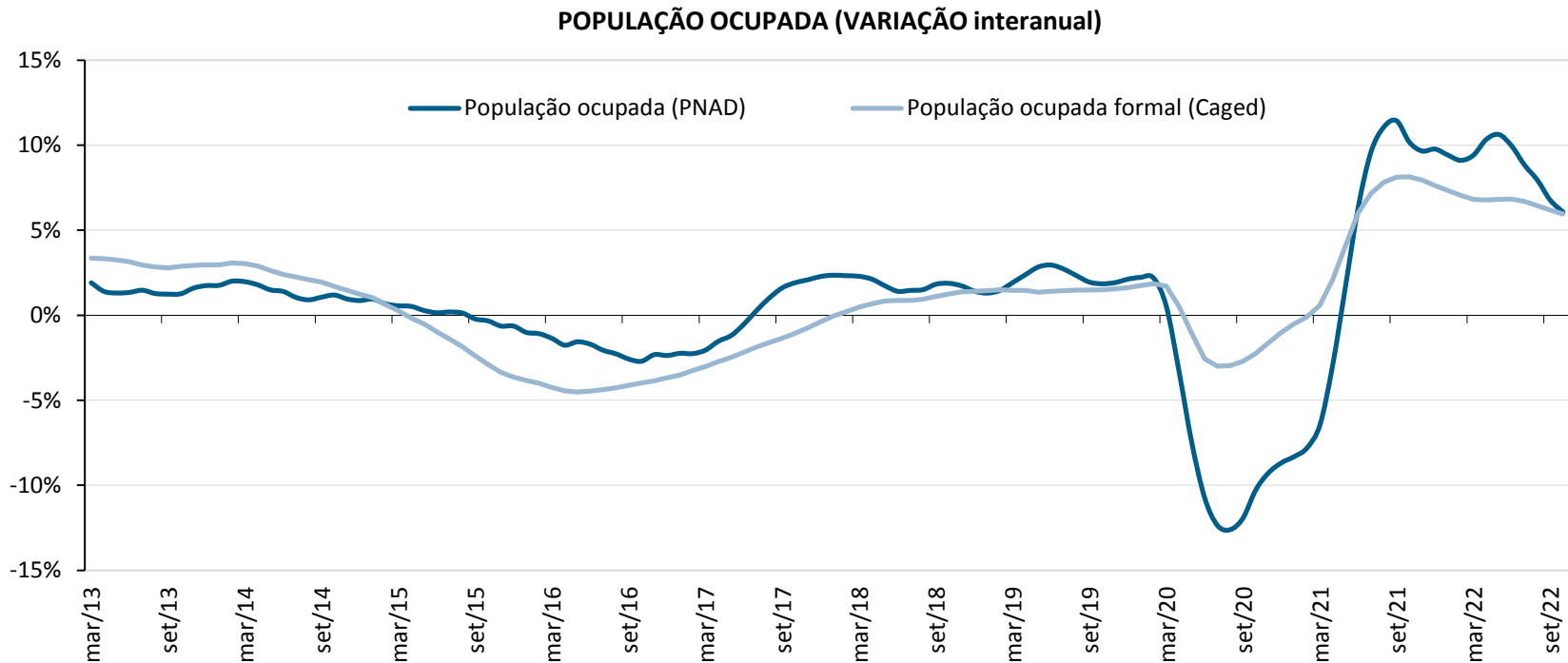
- Para 2023, projeção para o crescimento do PIB foi mantida em 0,9%.
- Efeitos restritivos da política monetária doméstica sobre a demanda interna e da moderação do crescimento da economia global contribuem para a desaceleração esperada da economia.

## PREVISÕES PARA O CRESCIMENTO DO PIB EM VOLUME

	2021	2022	2023
<b>PIB e componentes (variação real)</b>	<b>5,0%</b>	<b>3,0%</b>	<b>0,9%</b>
Consumo das famílias	3,7%	4,0%	1,0%
Consumo do Governo	3,5%	1,4%	1,0%
Formação Bruta de Capital Fixo	16,5%	1,0%	1,5%
Exportação	5,9%	4,0%	1,8%
Importação	12,0%	2,0%	3,0%
<b>Contribuições para a variação real do PIB (p.p.)</b>			
<b>Demanda interna</b>	<b>5,9</b>	<b>2,7</b>	<b>1,1</b>
Consumo das Famílias	2,4	2,6	0,7
Consumo do Governo	0,7	0,3	0,2
Investimento (FBCF e variação de estoques)	2,8	-0,1	0,3
<b>Exportações líquidas</b>	<b>-0,9</b>	<b>0,4</b>	<b>-0,3</b>

Fonte: IBGE. Elaboração e projeções: IFI.

- A geração de empregos formais também vem desacelerando.
- O estoque de trabalhadores formais subiu 5,8% (ante 6,0% no trimestre encerrado em setembro) em relação ao mesmo período de 2021.

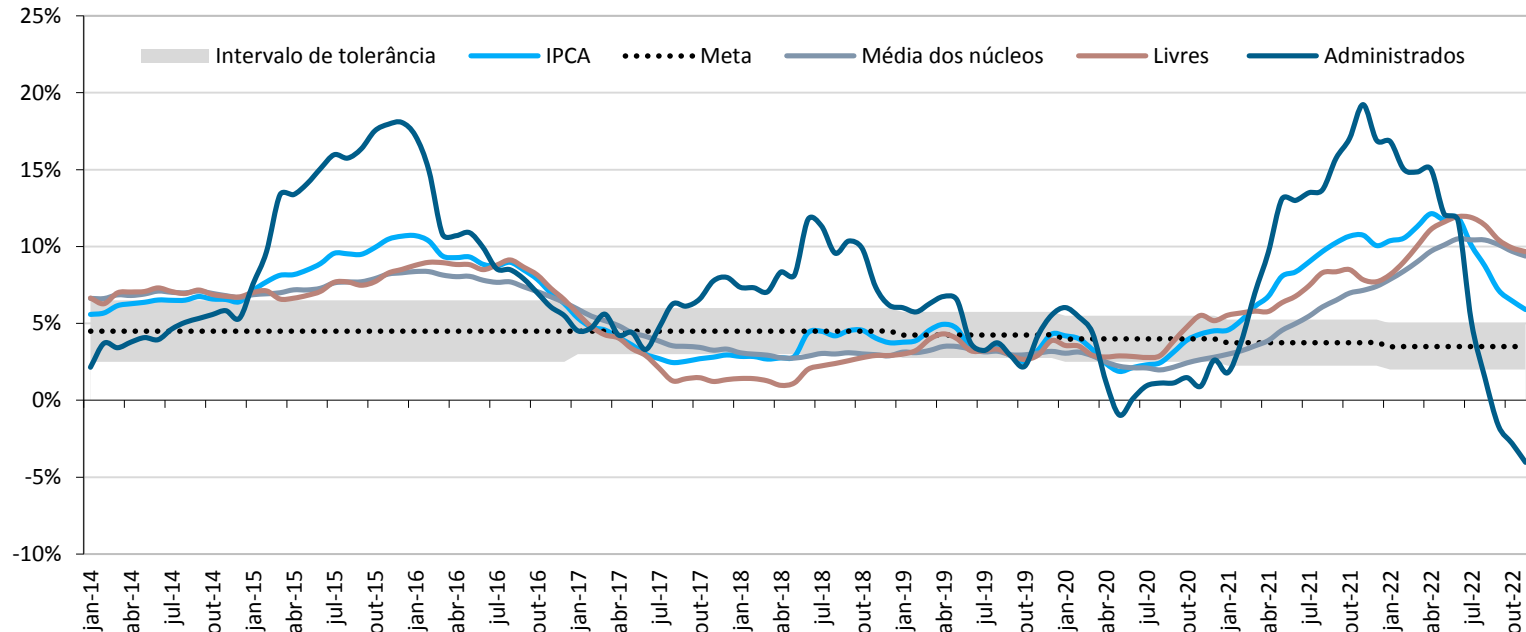


Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.



- Inflação ao consumidor atingiu 5,90% nos doze meses encerrados em novembro.
- No acumulado em 12 meses, a média dos núcleos desacelerou de 9,69% para 9,38%, mas ainda acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta de inflação para 2022.

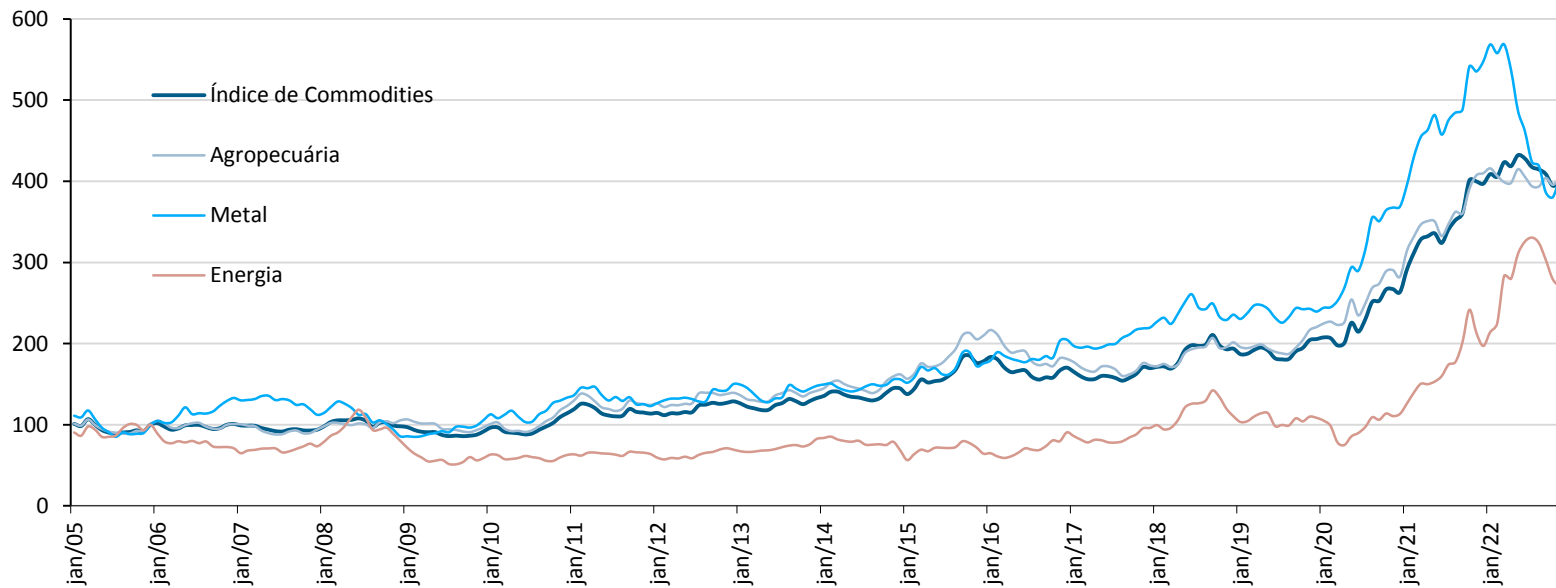
**IPCA, META DE INFLAÇÃO E INTERVALO DE TOLERÂNCIA (% 12 MESES)**



Fonte: IBGE e Banco Central. Elaboração:IFI.

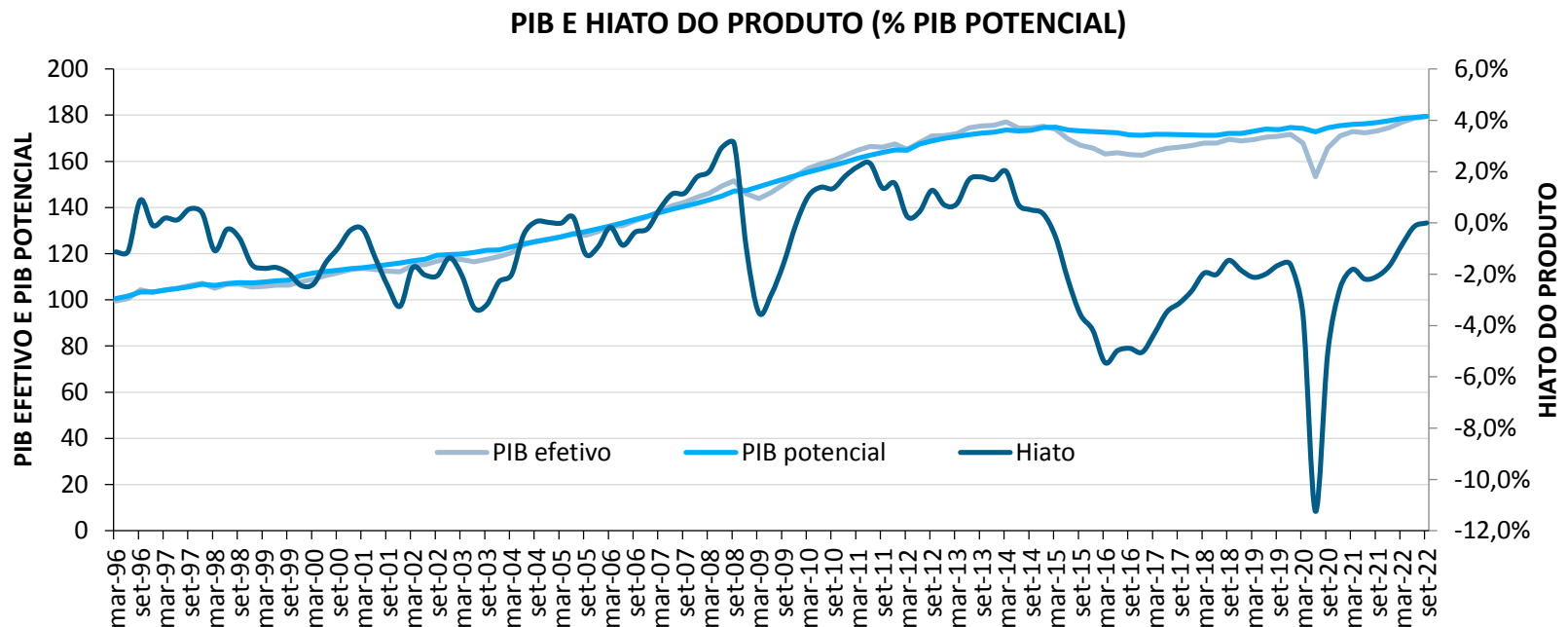
- Preços das commodities em reais voltaram a subir em novembro.
- A abertura do índice mostra que o avanço no mês refletiu o desempenho das commodities agropecuárias (2,0%) e metálicas (6,1%), enquanto as de energia seguiram em queda (-3,4%), acompanhando as cotações do petróleo.

**ÍNDICE DE COMMODITIES EM REAIS**



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

- Hiato do produto fechou no terceiro trimestre de 2022.
- Ao longo de 2023, espera-se que a variável volte para o campo negativo, reflexo, em grande medida, da postura contracionista da política monetária e da perspectiva de desaceleração econômica global.



Fonte: IBGE e IFI. Elaboração: IFI.

- No acumulado de 2022 até novembro, a receita primária do governo central alcançou R\$ 2.096,7 bilhões, um aumento real de 11,2% comparativamente a 2021.
- No grupo das receitas não administradas, houve desaceleração na arrecadação de dividendos, que caíram 88,3% em novembro, em termos reais, na comparação com o mesmo mês de 2021.

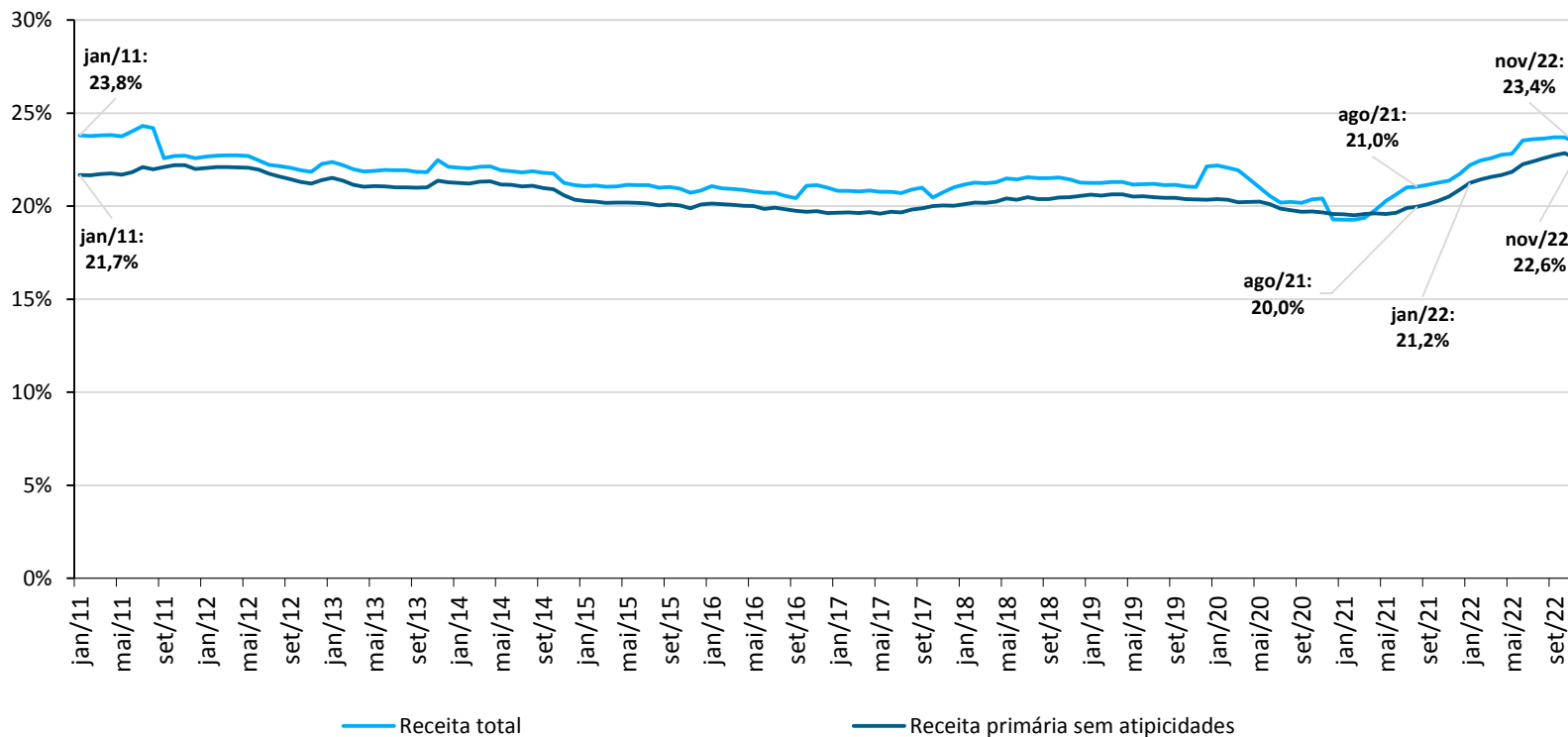
## RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL – 2020 A 2022 – JANEIRO A NOVEMBRO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

	Jan-Nov/20			Jan-Nov/21			Jan-Nov/22		
	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB
<b>Receita total</b>	<b>1.306,6</b>	<b>-9,7%</b>	<b>18,9%</b>	<b>1.721,1</b>	<b>21,9%</b>	<b>21,2%</b>	<b>2.096,7</b>	<b>11,2%</b>	<b>23,1%</b>
<i>Receitas administradas, exceto RGPS</i>	809,7	-9,3%	11,7%	1.080,8	23,6%	13,3%	1.271,8	7,4%	14,0%
<i>Incentivos fiscais</i>	-0,1	-	0,0%	-0,1	-	0,0%	-0,1	-	0,0%
<i>Receitas do RGPS</i>	347,7	-6,2%	5,0%	398,7	6,1%	4,9%	466,4	6,8%	5,1%
<i>Receitas não administradas</i>	149,2	-19,0%	2,2%	241,7	49,5%	3,0%	358,6	35,4%	4,0%
<b>Transferências</b>	<b>234,0</b>	<b>-8,2%</b>	<b>3,4%</b>	<b>315,3</b>	<b>24,7%</b>	<b>3,9%</b>	<b>411,1</b>	<b>19,0%</b>	<b>4,5%</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>1.072,6</b>	<b>-10,0%</b>	<b>15,5%</b>	<b>1.405,8</b>	<b>21,3%</b>	<b>17,3%</b>	<b>1.685,6</b>	<b>9,5%</b>	<b>18,6%</b>
<b>Receita total sem atipicidades*</b>	<b>1.336,7</b>	<b>8,8%</b>	<b>19,3%</b>	<b>1.654,6</b>	<b>14,5%</b>	<b>20,4%</b>	<b>2.024,7</b>	<b>11,7%</b>	<b>22,3%</b>
<b>Receita líquida sem atipicidades*</b>	<b>1.102,7</b>	<b>9,7%</b>	<b>16,0%</b>	<b>1.339,3</b>	<b>12,4%</b>	<b>16,5%</b>	<b>1.613,6</b>	<b>9,9%</b>	<b>17,8%</b>
<b>PIB (R\$ bi correntes)</b>	<b>6.910,8</b>			<b>8.114,7</b>			<b>9.077,2</b>		

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central e Siga Brasil. Elaboração: IFI. \* As atipicidades consideradas são apresentadas e descritas no EE da IFI n.º 17, de dezembro de 2021.

- A receita primária recorrente saiu de 21,2% do PIB em janeiro de 2022 para 22,6% do PIB em novembro.
- O aumento da receita primária a partir do último trimestre de 2020, ocorreu em linha com o crescimento dos preços de commodities e da inflação.

**EVOLUÇÃO EM 12 MESES DA RECEITA PRIMÁRIA CONVENCIONAL E RECORRENTE - % DO PIB**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

- A projeção da IFI para a receita primária total do governo central em 2022 foi revisada de R\$ 2.337,9 bilhões, em novembro, para R\$ 2.332,6 bilhões em dezembro.
- IFI projeta que os recolhimentos de dividendos e participações cairão de R\$ 85,6 bilhões, em 2022, para R\$ 38,0 bilhões em 2023, o recuo é explicado, principalmente, pela expectativa de redução nos preços do petróleo no mercado internacional e o consequente efeito sobre o lucro e a distribuição de dividendos da Petrobras.

## PROJEÇÕES DE RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL PARA 2022 E 2023 NO CENÁRIO BASE

Cenário base	2022		2023	
	nov/22	dez/22	nov/22	dez/22
<b>1. Receita primária total</b>	<b>2.337,9</b>	<b>2.332,6</b>	<b>2.318,6</b>	<b>2.318,9</b>
Receitas administradas	1.410,8	1.411,5	1.442,4	1.443,1
Arrecadação líquida para o RGPS	536,6	536,9	568,6	568,7
Receitas não administradas	390,5	384,2	307,6	307,0
<b>2. Transferências por repartição de receita</b>	<b>454,0</b>	<b>454,7</b>	<b>433,7</b>	<b>433,8</b>
<b>3. Receita primária líquida [1-2]</b>	<b>1.883,9</b>	<b>1.877,9</b>	<b>1.884,8</b>	<b>1.885,0</b>

Fonte: IFI.

- Despesa primária da União subiu 2,5% em termos reais no acumulado de janeiro a novembro.
- Para este resultado, destacam-se o gastos com abono salarial e seguro desemprego, a complementação da União ao Fundeb, as despesas obrigatórias com controle de fluxo e as discricionárias.

## DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL – 2020 A 2022 – JANEIRO A NOVEMBRO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

Discriminação	Jan-Nov/20			Jan-Nov/21			Jan-Nov/22		
	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB
<b>Despesa total</b>	<b>1.771,7</b>	<b>39,3%</b>	<b>25,6%</b>	<b>1.454,7</b>	<b>-24,1%</b>	<b>17,9%</b>	<b>1.634,8</b>	<b>2,5%</b>	<b>18,0%</b>
<i>Benefícios previdenciários (RGPS)</i>	611,5	6,0%	8,8%	654,0	-1,1%	8,1%	734,1	2,2%	8,1%
<i>Pessoal (ativos e inativos)</i>	286,6	-0,2%	4,1%	294,1	-5,1%	3,6%	301,3	-6,6%	3,3%
<i>Abono e seguro-desemprego</i>	55,1	5,2%	0,8%	42,7	-27,8%	0,5%	61,2	30,3%	0,7%
<i>Benefício de Prestação Continuada (BPC)</i>	57,4	1,5%	0,8%	62,0	0,0%	0,8%	72,1	6,0%	0,8%
<i>Créditos extraordinários (exceto PAC)</i>	396,3	-	5,7%	112,2	-74,0%	1,4%	41,3	-66,3%	0,5%
<i>Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha</i>	8,8	-10,7%	0,1%	6,8	-28,1%	0,1%	3,1	-58,2%	0,0%
<i>Fundeb</i>	14,3	-0,4%	0,2%	19,5	25,7%	0,2%	30,1	41,3%	0,3%
<i>Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)</i>	22,5	45,0%	0,3%	18,5	-24,1%	0,2%	17,0	-17,4%	0,2%
<i>Subsídios, subvenções e Proagro</i>	19,4	82,2%	0,3%	6,3	-70,0%	0,1%	14,6	109,2%	0,2%
<b>Obrigatórias</b>	<b>1.683,1</b>	<b>43,1%</b>	<b>24,4%</b>	<b>1.358,6</b>	<b>-25,4%</b>	<b>16,7%</b>	<b>1.503,8</b>	<b>0,9%</b>	<b>16,6%</b>
<b>Obrigatórias com controle de fluxo</b>	<b>117,0</b>	<b>-9,3%</b>	<b>1,7%</b>	<b>126,0</b>	<b>-0,3%</b>	<b>1,6%</b>	<b>196,9</b>	<b>42,5%</b>	<b>2,2%</b>
<b>Discricionárias</b>	<b>88,6</b>	<b>-7,6%</b>	<b>1,3%</b>	<b>96,0</b>	<b>-0,6%</b>	<b>1,2%</b>	<b>131,0</b>	<b>24,9%</b>	<b>1,4%</b>
<b>Despesa total sem atipicidades*</b>	<b>1.264,8</b>	<b>-0,6%</b>	<b>18,3%</b>	<b>1.321,0</b>	<b>-3,4%</b>	<b>16,3%</b>	<b>1.569,0</b>	<b>8,3%</b>	<b>17,3%</b>
<b>PIB (R\$ bi correntes)</b>			<b>6.910,8</b>			<b>8.114,7</b>			<b>9.077,2</b>

\* As atipicidades consideradas são apresentadas e descritas no EE da IFI n.º 17, de dezembro de 2021.

- O pagamento de benefícios previdenciários passou a registrar taxas mais elevadas de crescimento a partir de agosto.
- Informações levantadas no Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS) indicam aumento tanto nos benefícios emitidos quanto no valor médio dos benefícios no acumulado de 2022 até outubro.

## BENEFÍCIOS EMITIDOS E VALOR MÉDIO DOS BENEFÍCIOS NO ÂMBITO DO RGPS – 2020 A 2022 – ACUMULADO DE JANEIRO A OUTUBRO (R\$ BILHÕES CORRENTES E TAXA DE VARIAÇÃO)

	Jan-Out/2020		Jan-Out/2021		Jan-Out/2022	
	Unidade	Var.%	Unidade	Var.%	Unidade	Var.%
<b>Número de benefícios previdenciários emitidos RGPS (mil) - média</b>	<b>35.755,7</b>	<b>1,6%</b>	<b>36.038,1</b>	<b>0,8%</b>	<b>36.819,7</b>	<b>2,2%</b>
<i>Clientela urbana</i>	26.142,0	2,0%	26.399,7	1,0%	27.067,6	2,5%
<i>Clientela rural</i>	9.613,8	0,5%	9.638,3	0,3%	9.752,0	1,2%
<b>Valor médio do benefício RGPS (R\$)</b>	<b>1.480,8</b>	<b>10,1%</b>	<b>1.552,8</b>	<b>4,9%</b>	<b>1.683,7</b>	<b>8,4%</b>
<i>Clientela urbana</i>	1.640,8	9,9%	1.720,5	4,9%	1.860,2	8,1%
<i>Clientela rural</i>	1.045,7	10,5%	1.093,4	4,6%	1.194,1	9,2%

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência. Elaboração IFI.

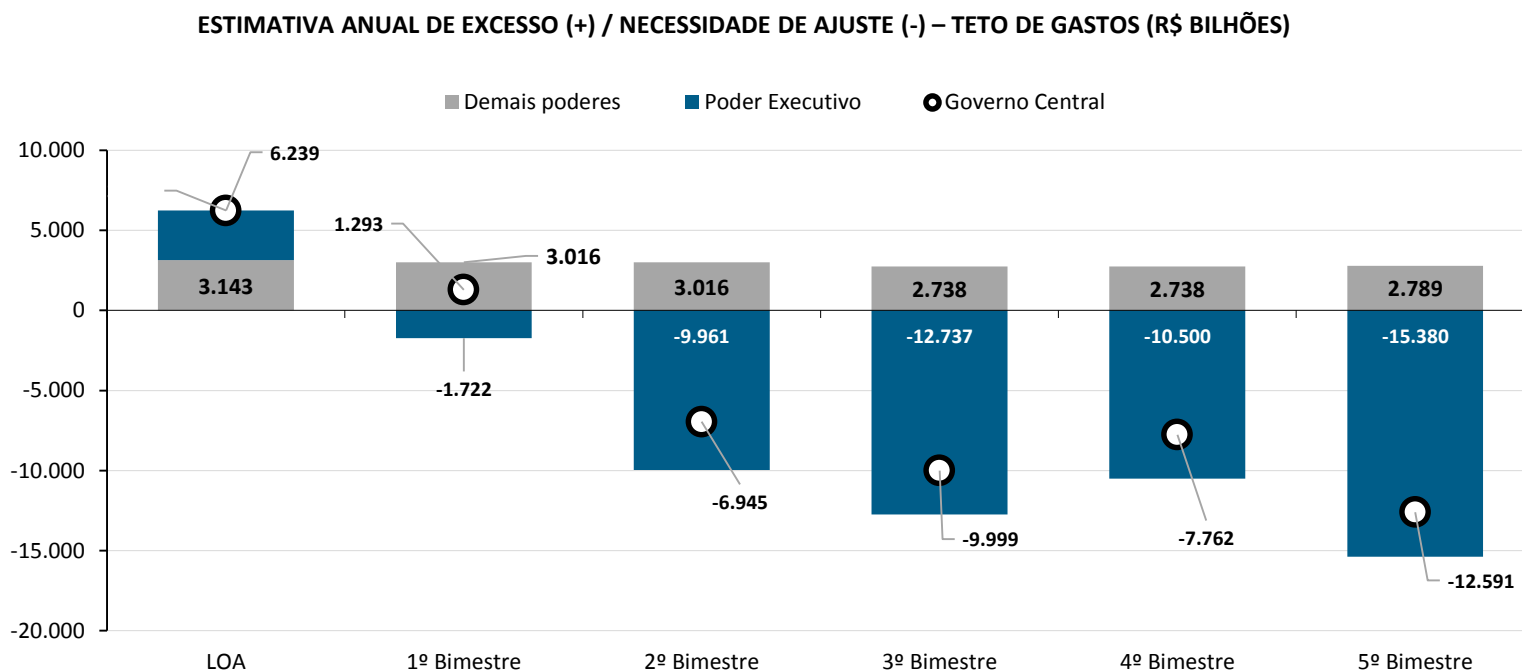


- Cenário da IFI para despesa primária reflete efeitos da PEC da transição e das restrições de curto prazo nas despesas sujeitas ao teto.
- A IFI estima que as despesas com benefícios previdenciários, incluindo as sentenças judiciais e precatórios, encerrem 2022 em R\$ 796,6 bilhões (ante R\$ 792,2 bilhões projetados anteriormente).

## DESPESA PRIMÁRIA DA UNIÃO – CENÁRIO BASE DA IFI E PROGRAMAÇÃO DO GOVERNO (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2021 (Realizado)	Governo (em nov/22)	IFI (em dez/22)	Diferença (IFI - Gov.)		Diferença (IFI - 2021)	
	R\$ bi	R\$ bi	R\$ bi	R\$ bi	%	R\$ bi	%
<b>Despesa Primária</b>	<b>1.614,2</b>	<b>1.816,7</b>	<b>1.809,6</b>	<b>-7,1</b>	<b>-0,4</b>	<b>195,5</b>	<b>12,1</b>
Obrigatórias	1.490,3	1.679,4	1.660,6	-18,8	-1,1	170,4	11,4
Previdência	709,6	797,6	796,9	-0,7	-0,1	87,3	12,3
Pessoal	329,3	339,4	336,9	-2,5	-0,7	7,6	2,3
Abono e Seguro	45,9	66,5	64,5	-2,0	-3,0	18,6	40,6
BPC	67,7	80,1	78,6	-1,5	-1,9	11,0	16,2
Bolsa Família / Auxílio Brasil	25,8	89,8	87,8	-1,9	-2,1	62,1	241,1
Precatórios (custeio e capital)	18,8	17,9	17,4	-0,5	-3,1	-1,4	-7,4
Complementação ao FUNDEB	22,0	33,7	33,7	0,0	0,0	11,7	53,1
Subsídios e Subvenções Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	11,0	16,9	15,2	-1,7	-10,1	4,2	38,1
Desoneração da folha	7,3	3,1	3,1	0,0	0,0	-4,2	-57,4
Créditos extraordinários	117,2	56,4	49,6	-6,8	-12,0	-67,5	-57,6
Demais obrigatórias	128,3	159,9	160,6	0,6	0,4	32,3	25,2
Discricionárias do Executivo	123,9	137,8	149,0	11,2	8,1	25,1	20,2

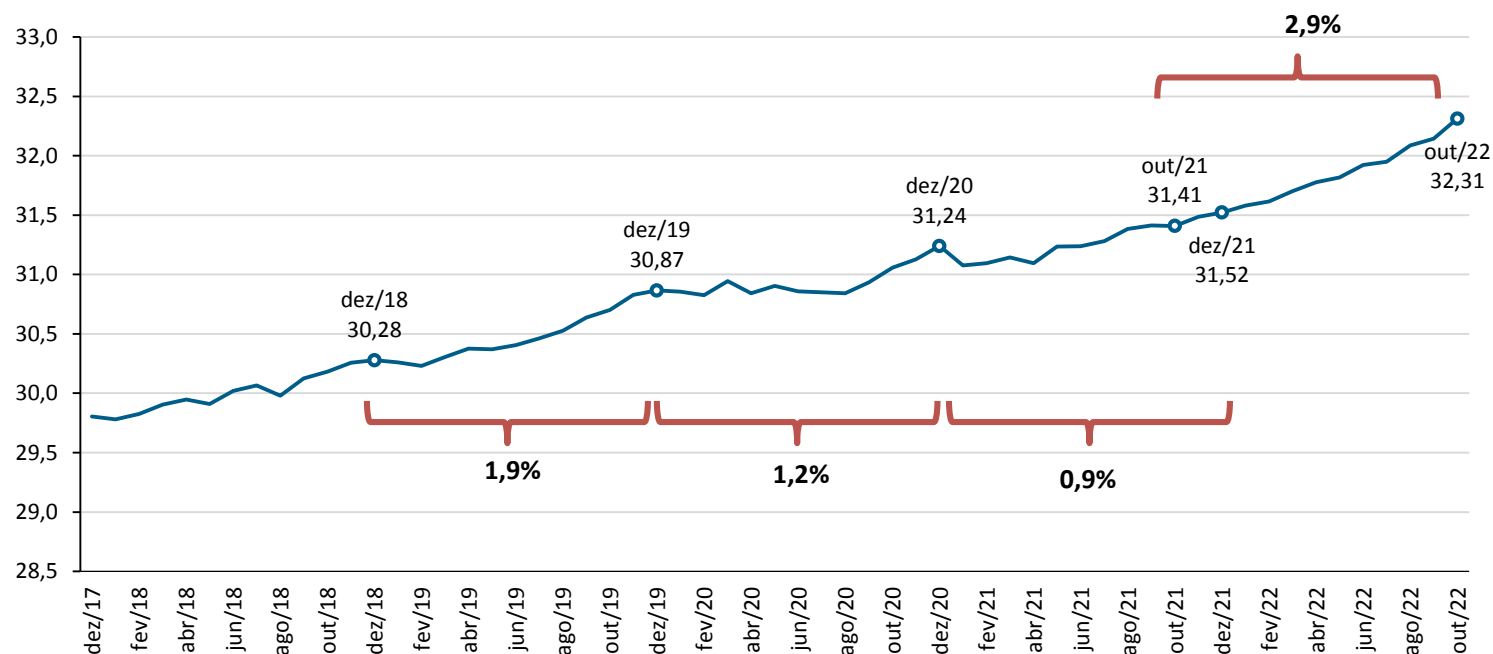
- Após a avaliação do quinto bimestre, a projeção do Poder Executivo para o superavit primário do governo central se manteve em R\$ 23,4 bilhões, acima da meta do ano .
- Necessidade de ajuste nas despesas primárias da União aumentou em R\$ 4,9 bilhões entre a 4° e a 5° avaliação bimestral.



Fonte: Relatórios bimestrais de avaliação de receitas e despesas do governo central. Elaboração IFI

- Quantidade de benefícios previdenciários emitidos está crescendo a taxas superiores às registradas antes da reforma.
- Atualmente, a taxa de crescimento dos benefícios emitidos está em 2,9%, vale dizer que esse diagnóstico influenciou a revisão das dotações para essas despesas no âmbito do orçamento da União de 2023.

**EVOLUÇÃO DOS BENEFÍCIOS EMITIDOS DO RGPS (QUANTIDADE EM MILHÕES)**



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS). Elaboração: IFI.

- Execução dos gastos via EC 123 (PEC da emergência fiscal) deve ficar relativamente abaixo do máximo permitido.
- A Emenda Constitucional (EC) nº 123, de 2022, autorizou gastos de até R\$ 41,25 bilhões para ser realizados até o final deste ano.

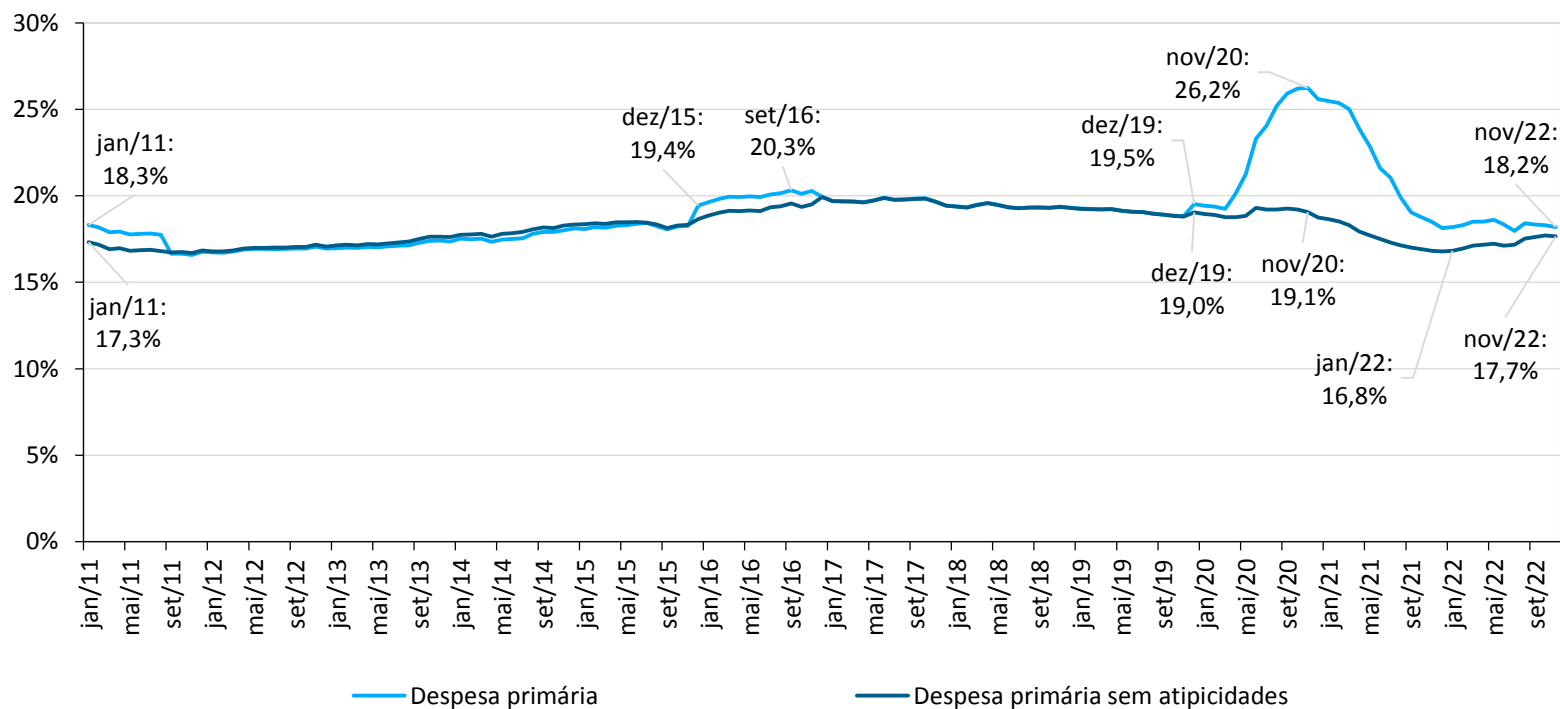
## EXECUÇÃO DA EC 123 DE 2022. (R\$ MILHÕES)

Rubrica	Valor máximo EC 123	Autorizado 2022	Empenhado até 09/12	Total pago até 09/12	% da Execução (Total Pago / Autorizado)
Auxílio Brasil	26.000	25.458	24.929	24.929	97,90%
Voucher caminhoneiro	5.400	5.101	5.101	2.329	45,70%
Auxílio Gás dos Brasileiros	1.050	1.050	1.050	990	94,30%
Auxílio aos taxistas	2.000	2.000	1.985	1.877	93,90%
Programa alimenta Brasil	500	500	216	11	2,20%
Auxílio aos Estados - combustíveis	3.800	3.800	3.800	2.832	74,50%
Transporte coletivo aos Idosos	2.500	2.500	2.500	2.484	99,40%
<b>Total</b>	<b>41.250</b>	<b>40.409</b>	<b>39.582</b>	<b>35.453</b>	<b>87,70%</b>

Fonte: Siga Brasil. Elaboração IFI.

- A despesa primária total alcançou 18,2% do PIB em novembro, ante 18,3% do PIB em setembro e em outubro. A despesa sem as atipicidades (ou recorrente) subiu de 17,2% do PIB em julho para 17,7% do PIB em novembro.

**Evolução em 12 meses da despesa primária total convencional e recorrente (% do PIB)**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

- Projeção da IFI para o superavit primário do governo central em 2022 recuou de 0,8% do PIB para 0,7% do PIB.
- Redução na projeção da receita reduziu a expectativa em relação ao superavit primário de 2022.

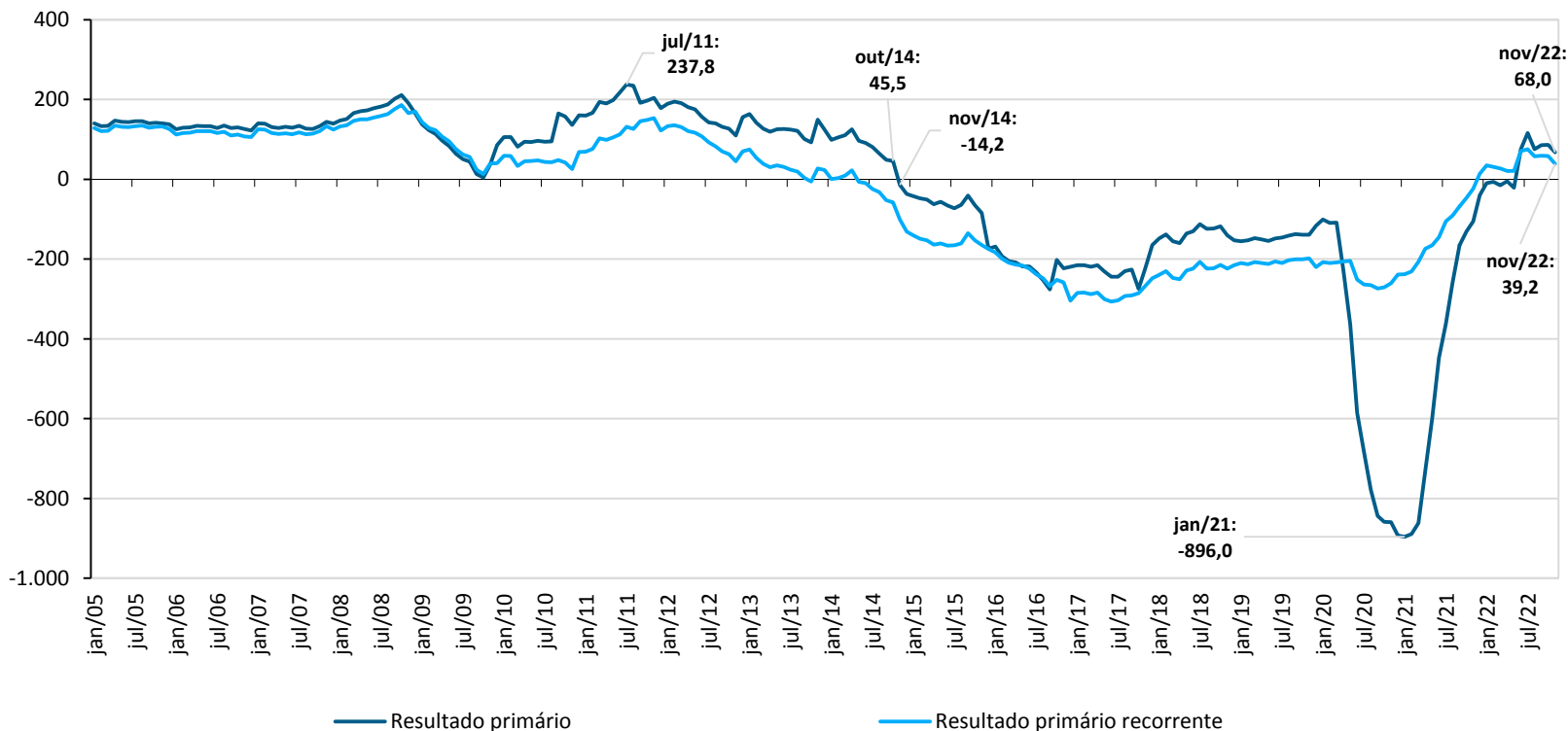
## PROJEÇÕES PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM 2022 E 2023, NO CENÁRIO BASE (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2022				2023			
	nov/22		dez/22		nov/22		dez/22	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Receita líquida	1.883,80	19,3	1.877,90	18,8	1.884,80	18,3	1.885,00	17,8
Despesa primária	1.809,70	18,6	1.809,30	18,1	1.981,40	19,2	1.973,70	18,6
Resultado primário	74,1	0,8	68,6	0,7	-96,6	-0,9	-88,6	-0,8

Fonte: IFI.

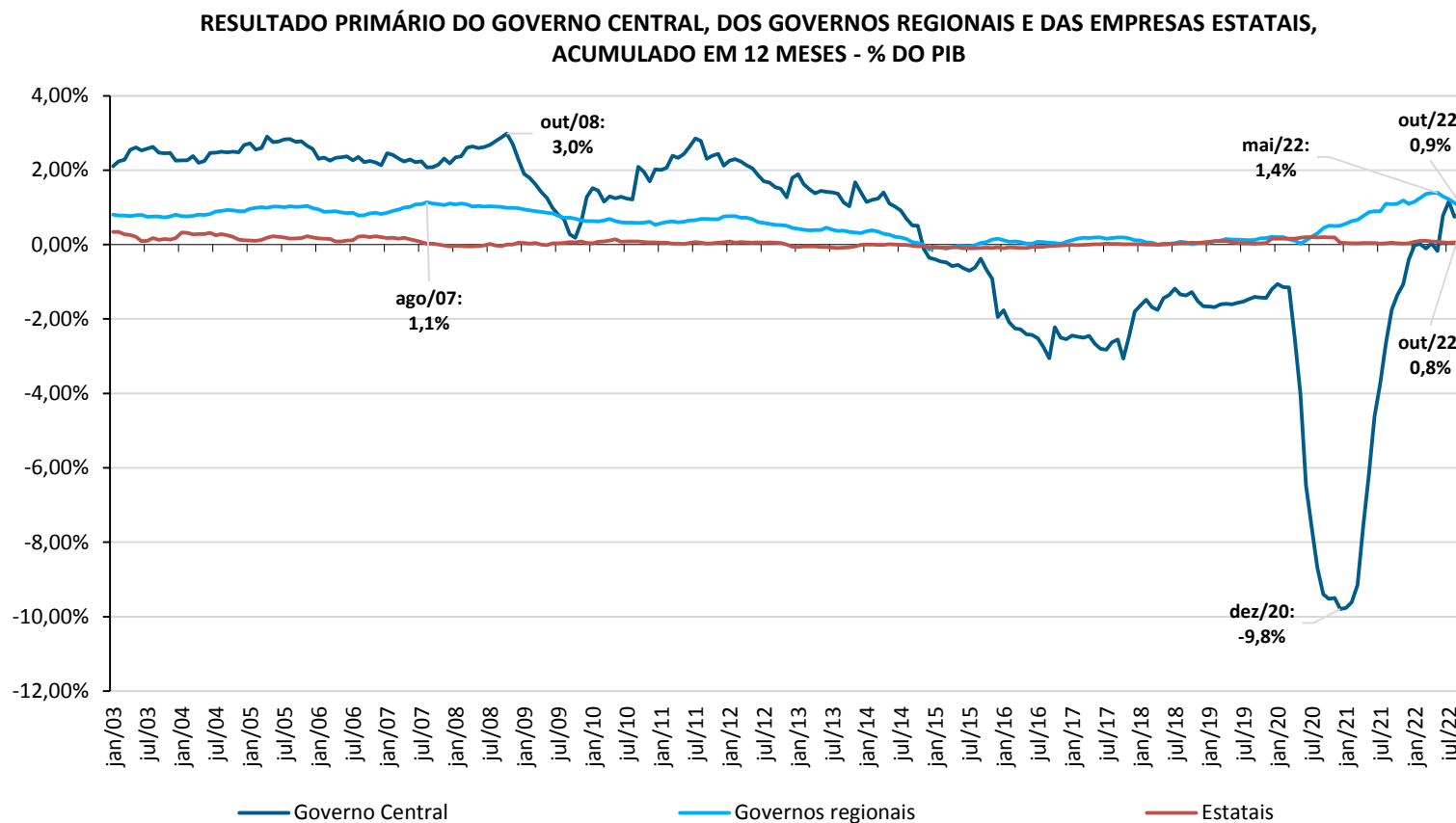
- O resultado convencional do governo central foi de um superavit de R\$ 68,0 bilhões em novembro, enquanto o resultado recorrente foi positivo em R\$ 39,2 bilhões.
- O resultado recorrente confirma uma melhora na trajetória do primário da União a partir do último trimestre de 2020, quando a arrecadação passou a crescer em ritmo mais forte.

**EVOLUÇÃO EM 12 MESES DO RESULTADO PRIMÁRIO E DO RESULTADO PRIMÁRIO RECORRENTE DO GOVERNO CENTRAL (R\$ BILHÕES A PREÇOS DE NOVEMBRO DE 2022)**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Siga Brasil e Tesouro Gerencial. Elaboração: IFI.

- Até outubro, governo central e entes subnacionais registraram superavit primário de 0,9% do PIB.
- O superavit primário dos governos regionais alcançou 1,4% do PIB em maio e depois passou a cair, atingindo 0,9% do PIB em outubro na comparação em 12 meses.

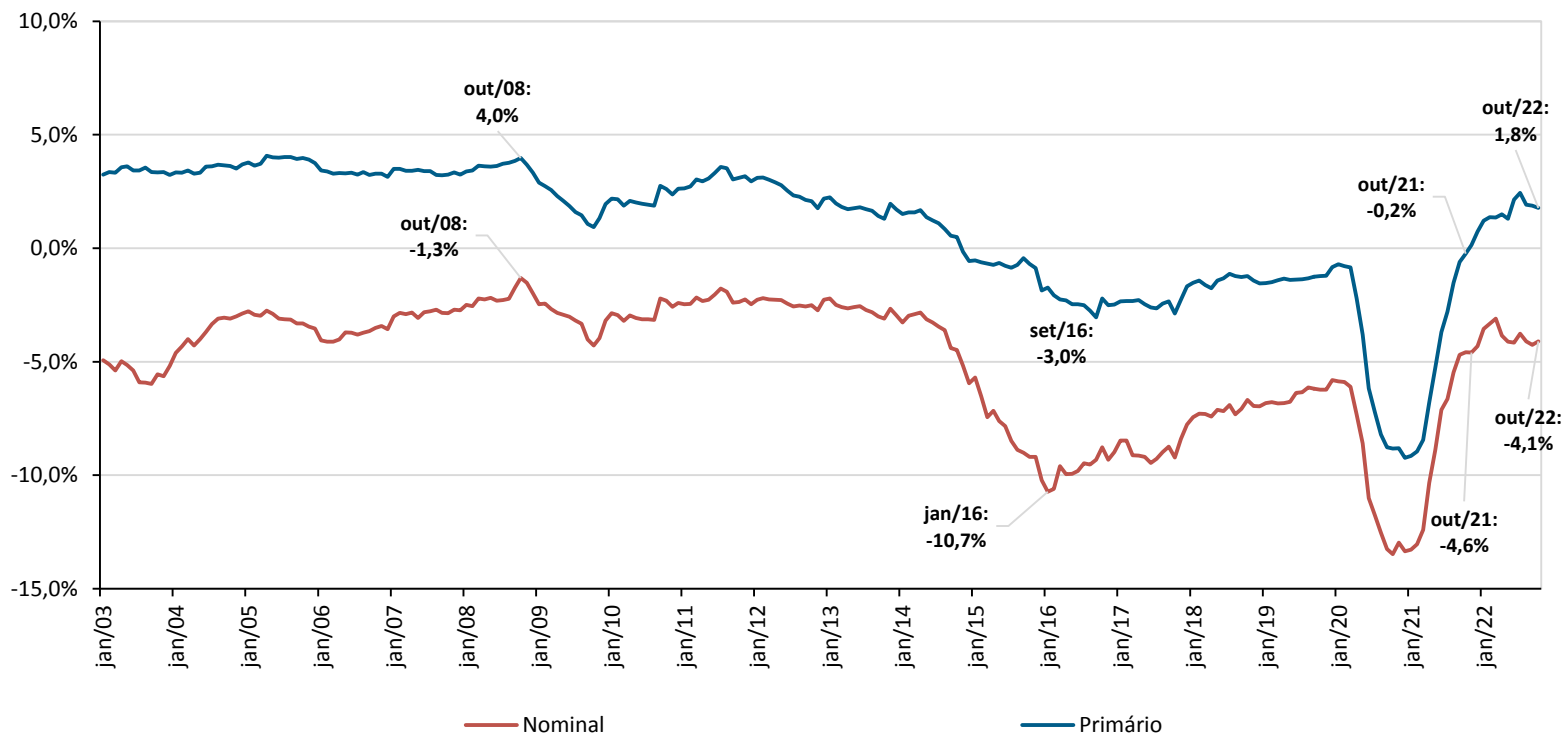


Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.



- Em outubro, o setor público teve superavit primário de R\$ 173,1 bilhões (1,8% do PIB), contra R\$ 181,4 bilhões (1,9% do PIB) em setembro e R\$ 183,5 bilhões (2,0% do PIB) em agosto.
- Essa redução no superavit primário do setor público nos últimos meses decorre da diminuição do resultado dos entes subnacionais.

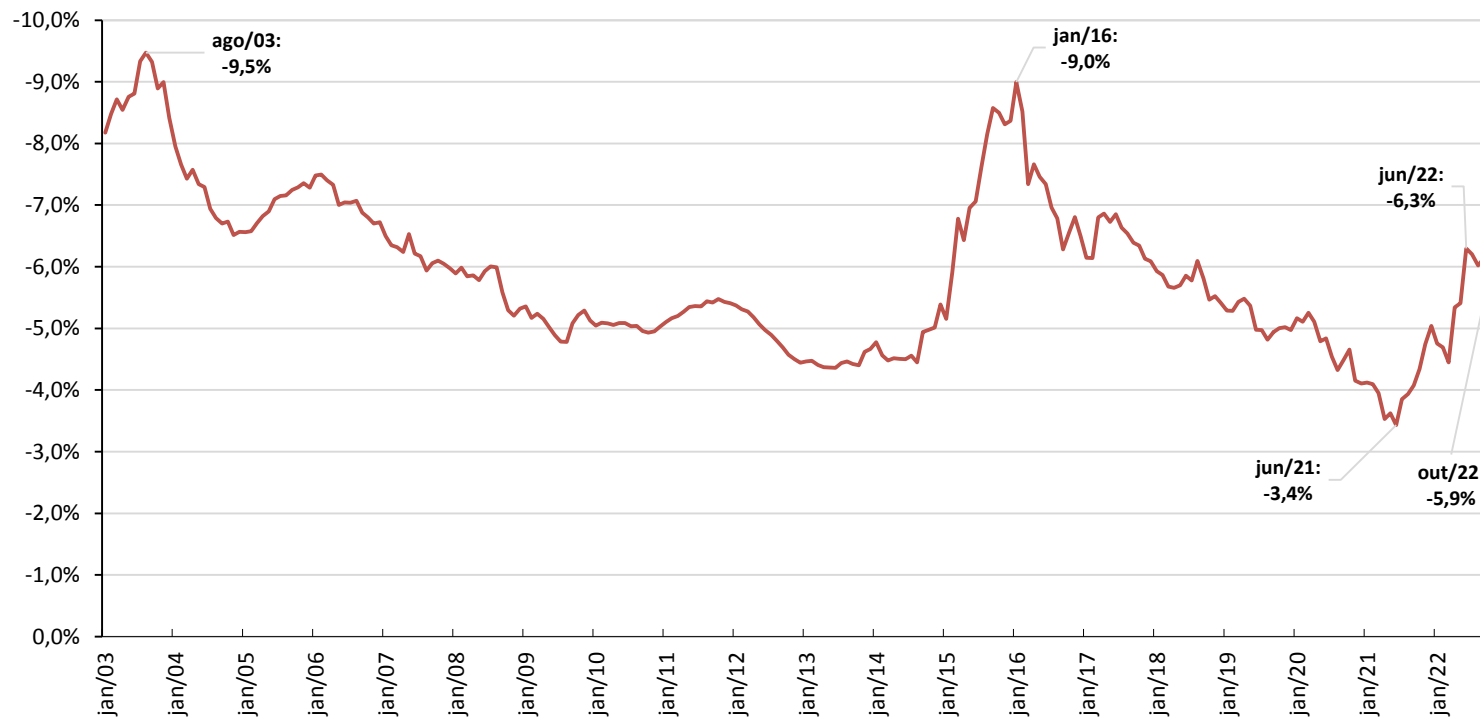
**RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL ACUMULADOS EM 12 MESES (% DO PIB) DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO**



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

- Despesa de juros do setor público recuou para 5,9% do PIB em 12 meses até outubro.
- A despesa de juros como proporção do PIB sofreu alta de julho de 2021 até junho passado em razão dos aumentos na taxa Selic e da inflação, dois indexadores de títulos públicos.

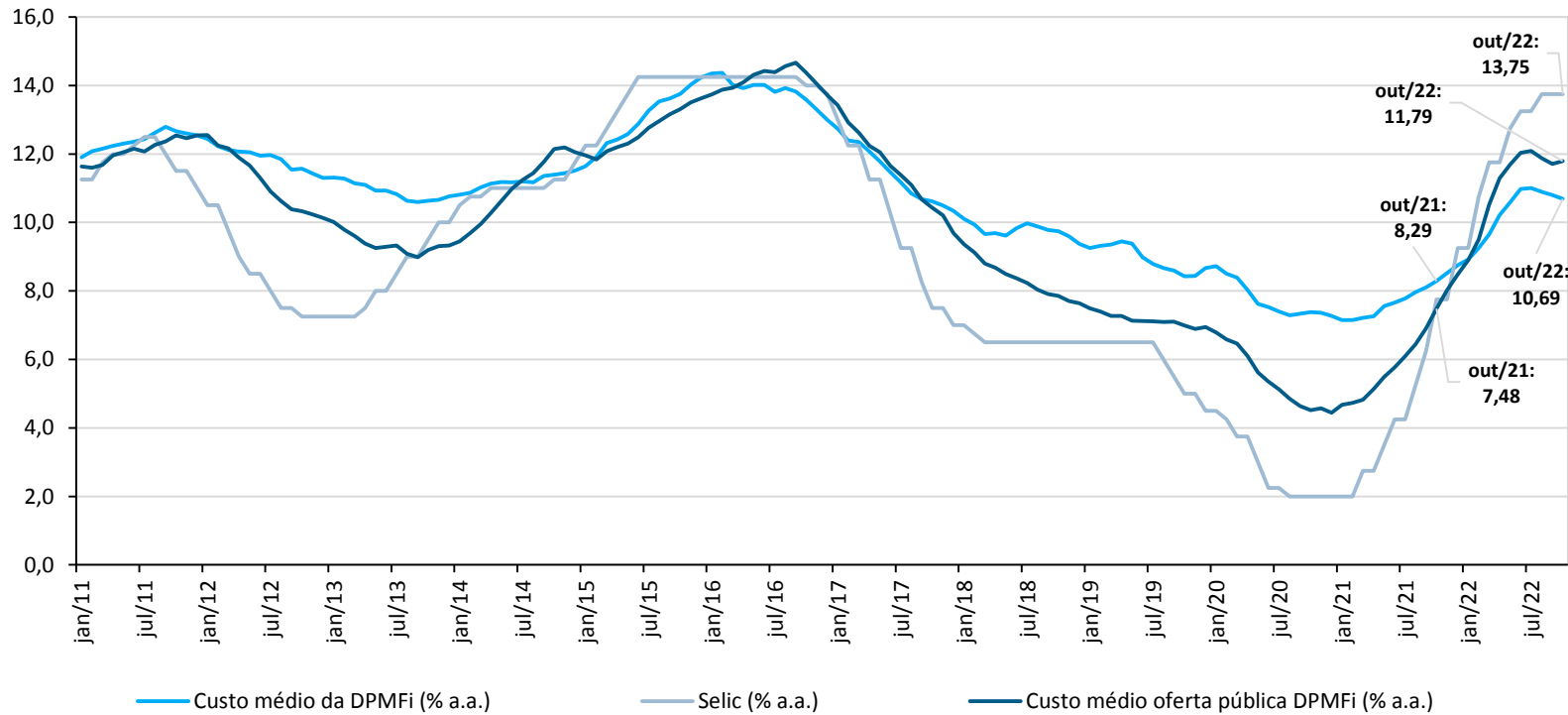
**DESPESA DE JUROS NOMINAIS ACUMULADA EM 12 MESES (% DO PIB) DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO**



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

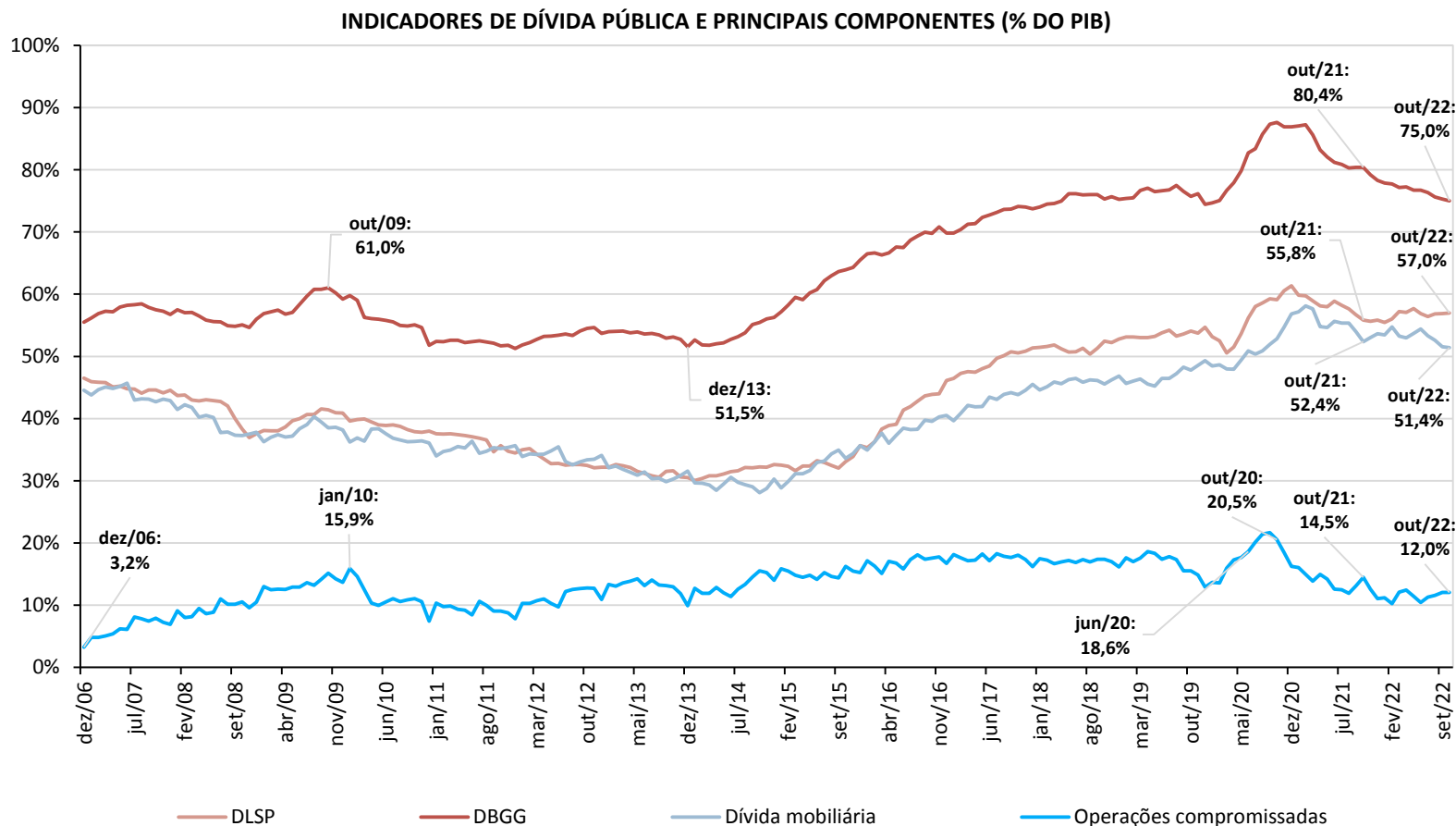
- Custo médio do estoque da DPMFi caiu na margem pelo terceiro mês consecutivo em outubro.
- A redução do custo médio das emissões da DPMFi entre julho e setembro decorreu da deflação verificada nesses meses, o que fez cair a taxa média de emissão dos títulos atrelados a índices de preços.

**CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (ESTOQUE E OFERTAS PÚBLICAS), ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES (% AO ANO) E TAXA SELIC - META (% AO ANO)**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

- Dívida bruta como proporção do PIB segue em queda e alcançou 75,0% do PIB em outubro.
- A queda na DBGG em outubro foi influenciada pelo aumento do PIB nominal e pelos resgates líquidos de dívida, parcialmente compensados pela apropriação de juros nominais.



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

- Nova projeção da IFI considera que a dívida bruta deverá encerrar 2022 em 74,5% do PIB.
- Resultado primário para estabilizar a dívida bruta em 74,5% do PIB é de 2,4% do PIB, considerando projeções de juros e PIB para 2023.

## PROJEÇÕES PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL EM 2022 E 2023, NOS CENÁRIOS BASE E ALTERNATIVO (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2022	2023
Resultado primário do setor público consolidado	1,40%	-0,80%
PIB nominal (R\$ bilhões)	9.993,51	10.590,05
PIB - cresc. real	3,00%	0,90%
Deflator implícito do PIB	9,00%	5,00%
Taxa implícita real	4,50%	4,10%
<b>DBGG (% do PIB)</b>	<b>74,50%</b>	<b>77,20%</b>

Fonte: IBGE, Banco Central. Elaboração: IFI.

## RESULTADO PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO REQUERIDO PARA ESTABILIZAR A DÍVIDA BRUTA EM 74,4% DO PIB

DBGG em t	74,40%	Juros Reais implícito da DBGG							
		0,50%	1,00%	1,50%	2,00%	2,50%	3,00%	3,90%	4,10%
PIB real (% a.a.)	0,50%	0,00%	0,40%	0,70%	1,10%	1,50%	1,90%	2,50%	2,70%
	0,90%	-0,30%	0,10%	0,40%	0,80%	1,20%	1,50%	2,20%	2,40%
	1,50%	-0,70%	-0,40%	0,00%	0,40%	0,70%	1,10%	1,80%	1,90%
	1,90%	-1,00%	-0,70%	-0,30%	0,10%	0,40%	0,80%	1,50%	1,60%
	2,50%	-1,50%	-1,10%	-0,70%	-0,40%	0,00%	0,40%	1,00%	1,20%
	3,00%	-1,80%	-1,40%	-1,10%	-0,70%	-0,40%	0,00%	0,70%	0,80%
	3,50%	-2,20%	-1,80%	-1,40%	-1,10%	-0,70%	-0,40%	0,30%	0,40%

- PEC da transição abre espaço de até R\$ 170 bilhões no teto de gastos para 2023.

## DETALHAMENTO DOS ITENS DETERMINANTES DO ESPAÇO ABERTO NO TETO DE GASTOS DE 2023 EM FUNÇÃO DA PEC DA TRANSIÇÃO

### Recálculo do teto de gastos

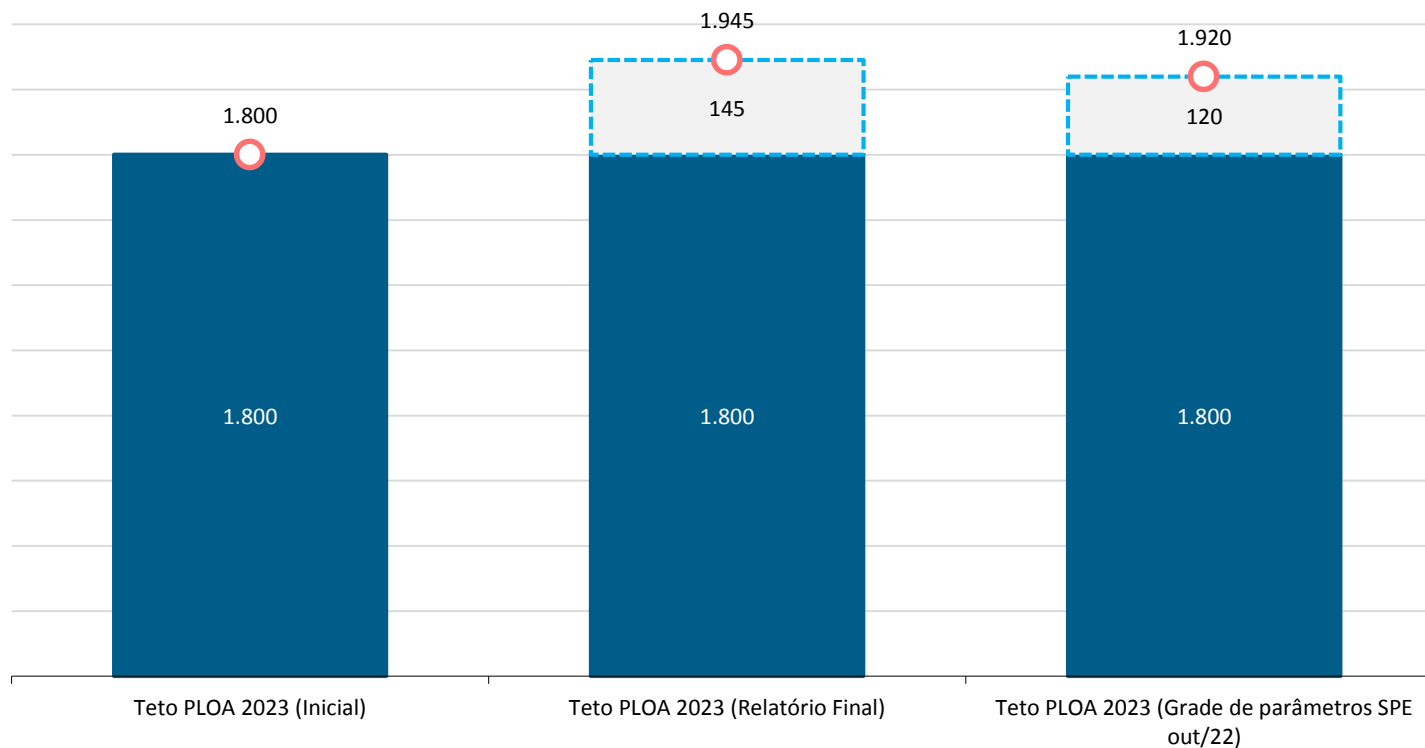
- Teto inicial: R\$ 1.800,3 bilhões
- Ampliação do teto via PEC 32, de 2022: R\$ 145 bilhões
- Teto final: 1.945,3 bilhões

### Exclusões do teto do gastos

- Instituições Federais de Ensino (receita própria, doações e convênios): R\$ 1,1 bilhões
- Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (receita própria, doações e convênios): R\$ 88,8 milhões
- Projetos socioambientais (doações): R\$ 12,5 milhões
- Obras de engenharia (convênios): R\$ 5,3 milhões
- Investimentos (excesso de arrecadação do exercício anterior): R\$ 23,0 bilhões
  
- Total de exclusões: R\$ 24,1 bilhões

- Relatório final do Projeto de Lei nº 32, de 2022, CN (PLOA 2023) inclui efeitos da PEC da Transição.
- Segundo o relatório apresentado, a PEC nº 32 retira do teto de gastos o valor de R\$ 24,1 bilhões para 2023, além de ampliar o limite de despesas em R\$ 145 bilhões.

TETO DE GASTOS SOB DIFERENTES CENÁRIOS (R\$ BILHÕES)



- Espaço aberto no teto de gastos com PEC da Transição será integralmente consumido durante a tramitação do orçamento.
- No relatório final do PLOA de 2023, dos R\$ 169,1 bilhões de ampliação de dotações orçamentárias ocorridas em função da PEC da Transição, R\$ 162,0 bilhões (95,8%) foram destinados ao atendimento das solicitações da equipe de transição.

## ORIGEM E DESTINO DO ESPAÇO FISCAL ABERTO DURANTE A TRAMITAÇÃO DO ORÇAMENTO (R\$ BILHÕES)

Origem	Valor	Destino	Valor
<b>PEC da Transição</b>	<b>169,1</b>	<b>Demandas da Equipe de Transição</b>	<b>162</b>
<b>Recálculo do teto de gastos</b>	<b>145</b>	<b>Cidadania</b>	<b>76,1</b>
<b>Exclusão de despesas do teto de gastos</b>	<b>24,1</b>	Auxílio Brasil	70
<i>Dos quais Investimentos (excesso de arrecadação)</i>	23	Auxílio Gás dos Brasileiros	1,5
<i>Demais</i>	1,1	Demais	4,6
		<b>Educação</b>	<b>10,9</b>
		Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	1,5
		Bolsas de Estudo de Ensino Superior	2,5
		Desenvolvimento da educação básica	2,5
		Demais	4,4
		<b>Saúde</b>	<b>22,7</b>
		<b>Desenvolvimento Regional</b>	<b>14,3</b>
		<b>Infraestrutura</b>	<b>12,1</b>
		<b>Demais órgãos</b>	<b>25,8</b>
		<b>Emendas coletivas pelo Relator Geral</b>	<b>7</b>
		<i>Dos quais Desenvolvimento regional</i>	4,7
		<b>Espaço não utilizado</b>	<b>0,1</b>
<b>Total</b>	<b>169,1</b>		<b>169,1</b>
<i>IPCA 2022 estimado PL inicial (%)</i>	<i>7,20%</i>	<i>IPCA 2022 estimado - grade SPE out/22 (%)</i>	<i>5,70%</i>

Fonte: Relatório Final da CMO. Elaboração: IFI



# Projeções da IFI para 2022 e 2023

## CURTO PRAZO

Projeções da IFI	2022			2023		
	Novembro	Dezembro	Comparação	Novembro	Dezembro	Comparação
PIB – crescimento real (% a.a.)	2,60	3,05	▲	0,89	0,88	▼
PIB – nominal (R\$ bilhões)	9.741,05	9.993,51	▲	10.323,26	10.590,05	▲
IPCA – acum. (% no ano)	5,58	5,85	▲	4,56	4,69	▲
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,10	5,15	▲	5,17	5,23	▲
Ocupação - crescimento (%)	7,60	7,60	=	0,44	0,44	▼
Massa salarial - crescimento (%)	5,45	5,88	▲	0,89	0,88	▼
Selic – fim de período (% a.a.)	13,75	13,75	=	11,50	11,50	=
Juros reais ex-ante (% a.a.)	7,03	6,93	▼	5,50	5,50	▲
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	1,46	1,39	▼	-0,94	-0,84	▲
dos quais Governo Central	0,76	0,69	▼	-0,94	-0,84	▲
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	6,07	6,04	▼	5,85	5,68	▼
Resultado Nominal (% do PIB)	-4,61	-4,66	▼	-6,79	-6,52	▲
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	76,60	74,49	▼	79,49	77,23	▼